

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NAYANE COSTA GARCIA

**NEGACIONISMO POLITICO: UM ESTUDO DE CASOS DOS
MOVIMENTOS DE EXTREMA DIREITA NO BRASIL EM 2022.**

MONOGRAFIA

GOIÂNIA

2024

NAYANE COSTA GARCIA

**NEGACIONISMO POLITICO: UM ESTUDO DE CASO DOS MOVIMENTOS DE
EXTREMA DIREITA NO BRASIL EM 2022.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação de Pesquisa do Curso de Licenciatura em História da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Professor(a) Licenciado(a) em História.

Orientador(a): Profº Drº. Eduardo José Reinato

**GOIÂNIA,
2024**

Este trabalho é dedicado a todas as vítimas do governo Bolsonaro – homens, mulheres, jovens e crianças cujas vidas foram interrompidas, marcadas pelo silêncio e pela dor, ou levadas por uma realidade brutal, imposta em um período sombrio de nossa história. A cada pessoa que resistiu e protegeu, às que tiveram suas vozes caladas, e às que carregaram cicatrizes, visíveis e invisíveis, deixo meu mais profundo agradecimento. É por causa da coragem e do sacrifício de vocês que, hoje, podemos pensar, questionar e construir um futuro onde a liberdade e a justiça possam florescer. Vocês foram as sementes de um Brasil mais consciente e resiliente, e cada palavra deste trabalho é uma tentativa de honrar a memória e a luta que nos deixou como legado.

Que nunca nos falte a memória, o respeito e o compromisso de proteger os direitos conquistados e de buscar, incessantemente, a verdade e a justiça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado e me trazido até aqui, me dando forças e me sustentando em toda essa trajetória. Agradeço ao meu esposo e companheiro e a toda a minha família por ter me ajudado em todo esse caminho acadêmico. Me faço grata aos meus amigos Lucas, Thallya, Luciano e Matheus, por desde o início do curso terem feito mais que companhias acadêmicas e serem coadjuvantes dessa história traçada até aqui. Aos também companheiros de trabalho e profissão, Carol, Fred e Nicole.

Por fim, agracio a todos meus docentes em especial ao meu orientador Prof.º Dr. Eduardo Jose Reinato por ter nos ensinado de forma ímpar e ilustre, me apoiado durante todo esse período de orientação; a Prof.^a, Dr. Maria Cristina N. Ferreira por ter sido símbolo de integridade e exemplo acadêmico, e por fim ao Prof.º Me. Antônio Luís que durante esse período acadêmico se fez presente pelo seu carisma e conhecimento excepcional com preeminência em seu trabalho. A todos esses que se fizeram apoiadores e presentes durante toda essa jornada, cuidando e compreendendo cada dificuldade enfrentada até aqui, deixo meus agradecimentos.

"Liberdade e Libertação são uma tarefa que não acaba nunca. Que seja esse o nosso mote: "Não esqueçam"

Humberto Eco

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso realiza um estudo de caso sobre o movimento social de extrema direita denominado "Movimento Brasil Livre Eleitoral", que contou com a participação de civis e militares em manifestações contra o resultado das eleições presidenciais de 2022. Nesse pleito, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República. O estudo enfoca as manifestações que questionaram a legitimidade das urnas eletrônicas e, por extensão, a democracia brasileira, analisando como essas ações refletem obsessões políticas, militaristas e autoritárias presentes no Brasil desde o século XX até os dias atuais. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, baseada na análise interpretativa de discursos, comportamentos e ações veiculados em redes sociais, entrevistas, e documentos históricos. As principais fontes utilizadas incluem registros jornalísticos, relatórios de instituições de monitoramento digital, publicações acadêmicas e legislações pertinentes ao contexto. Os resultados evidenciam como esses movimentos, sustentados por discursos de negacionismo político e teorias conspiratórias amplamente difundidas nas redes sociais, contribuem para a consolidação de um pensamento ideológico autoritário e manipulável. Conclui-se que a atuação desses grupos representa um desafio persistente à estabilidade democrática do Brasil, indicando um caminho que demanda atenção redobrada para o fortalecimento das instituições democráticas e a promoção de uma cidadania crítica e informada.

Palavras-chave: militarismo; ditadura; desdemocratização¹; fascismo; Ur-fascismo².

¹ De acordo com **Tatashiba**, a **desdemocratização** é um processo que envolve a erosão gradual das instituições democráticas e dos valores democráticos em uma sociedade. Esse conceito é utilizado para descrever a transformação de um regime que se autodenomina democrático em um contexto onde a democracia, na prática, vai sendo enfraquecida, muitas vezes sem um rompimento explícito com a estrutura democrática, mas com mudanças que comprometem suas bases.

² O conceito de **Ur-Fascismo**, ou "Fascismo Eterno", foi desenvolvido pelo filósofo e escritor **Umberto Eco** em seu ensaio intitulado "**Ur-Fascismo**" (1995). Eco argumenta que o fascismo não é uma ideologia única ou finita, mas sim um conjunto de características e atitudes que podem surgir em diferentes momentos históricos e em diferentes contextos, sempre com a capacidade de se adaptar e se manifestar de maneiras variadas.

ABSTRACT

This course conclusion work carries out a case study on the far-right social movement called "Movimento Brasil Livre Eleitoral", which saw the participation of civilians and military personnel in demonstrations against the result of the 2022 presidential elections. Luiz Inácio Lula da Silva was elected president of the Republic. The study focuses on the demonstrations that questioned the legitimacy of electronic voting machines and, by extension, Brazilian democracy, analyzing how these actions reflect political, militaristic and authoritarian obsessions present in Brazil from the 20th century to the present day. The research adopts a qualitative methodology, based on the interpretative analysis of speeches, behaviors and actions conveyed on social networks, interviews, and historical documents. The main sources used include journalistic records, reports from digital monitoring institutions, academic publications and legislation relevant to the context. The results show how these movements, supported by discourses of political denialism and conspiracy theories widely spread on social media, contribute to the consolidation of authoritarian and manipulable ideological thinking. It is concluded that the actions of these groups represent a persistent challenge to Brazil's democratic stability, indicating a path that demands increased attention to strengthening democratic institutions and promoting critical and informed citizenship.

Keywords: militarism; dictatorship; de-democratization; fascism; Ur-fascism

SUMARIO

INTRODUÇÃO	08
01 DO LITERAL AO PRATICO	11
1.1 NEGACIONISMO POLITICO E NECROPOLITICA	14
1.2 O CRESCIMENTO E OS MOVIMENTOS DE EXTREMA DIREITA NO BRASIL	16
1.3 O BOLSONARISMO COMO ESPELHO (ANTI)DEMOCRATICO	17
2 (DES)INFORMAÇÕES	19
2.1 O PROCESSO E OS IMPACTOS POLÍTICOS	21
2.2 FASCISMO ETERNO	23
2.3 O FASCISMO BRASILEIRO E A IDENTIFICAÇÃO DO UR-FASCIMO DE UMBERTO ECO	24
3 DESDEMOCRATIZAÇÃO	26
3.1 O PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL	27
3.2 A EXTREMA DIREITA NO BRASIL	32
3.3 08 DE JANEIRO DE 2023: O TESTE DA DEMOCRACIA	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
ANEXOS	37
REFERENCIAS	41

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2022, o Brasil presenciou uma profunda polarização política em torno das eleições presidenciais. De um lado, a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi interpretada como uma oportunidade para restaurar a democracia em um país que enfrentava um processo de desdemocratização. De outro, Jair Messias Bolsonaro e seus apoiadores de direita extremista defendiam um modelo de governo que se baseava na religiosidade, no militarismo e em discursos que promoviam o medo e a divisão.

A disputa eleitoral, marcada por discursos inflamados e narrativas polarizadas, culminou em um cenário tenso após o anúncio do resultado no dia 30 de outubro de 2022, quando Lula foi eleito presidente pela terceira vez, por uma margem de apenas 1% dos votos. A vitória da esquerda reacendeu esperanças de um retorno ao Estado democrático, mas também desencadeou uma série de manifestações históricas da direita extremista. Esses atos, que incluíram pedidos de intervenção militar, questionamentos sobre a lisura das urnas eletrônicas e até mesmo o ataque golpista de 8 de janeiro de 2023 ao Palácio do Congresso Nacional, demonstraram o grau de radicalização e descontentamento entre os apoiadores de Bolsonaro.

Nesse contexto, o presente estudo busca compreender as raízes históricas, sociais e políticas que levaram à radicalização da direita no Brasil, bem como analisar os desdobramentos de seus atos antidemocráticos. O problema de pesquisa que orienta este trabalho é: Como as ações e discursos da extrema direita brasileira, especialmente durante e após as eleições de 2022, refletem uma continuidade de práticas autoritárias e militaristas ao longo da história política do Brasil?

A justificativa para este estudo está na necessidade de aprofundar a compreensão sobre os mecanismos que permitem a perpetuação de discursos autoritários e práticas antidemocráticas em contextos de crise política. A análise de casos específicos, como as manifestações golpistas e o ataque ao Congresso Nacional, não apenas lança luz sobre os eventos recentes, mas também fornece subsídios para compreender como o negacionismo político e o autoritarismo encontram terreno fértil em períodos de instabilidade democrática.

O primeiro capítulo deste trabalho abordará, sob uma perspectiva histórica, a influência de movimentos autoritários, como a ditadura militar de 1964, e seu impacto

duradouro sobre a política brasileira. Além disso, analisaremos a identificação de setores da sociedade com ideologias militaristas e fascistas, que ressurgem em momentos de crise, como o golpe parlamentar de 2016 e as tentativas de subversão democrática de 2023.

No segundo capítulo, utilizaremos o conceito de *Ur-Fascismo*, de Umberto Eco, como base para interpretar os eventos radicais e violentos associados à extrema direita no Brasil contemporâneo. Essa análise permitirá identificar os padrões de comportamento e ideologia que se perpetuam ao longo do tempo, camuflados sob valores conservadores, mas intrinsecamente ligados a práticas antidemocráticas.

Por fim, no terceiro capítulo investigaremos os atos promovidos e financiados pela extrema direita, explorando suas raízes no fascismo e no conservadorismo radical. Também será discutido o processo de desdemocratização que marcou o governo Bolsonaro, evidenciando como essa transição de poder contribuiu para o fortalecimento de discursos e práticas autoritárias.

Com essa abordagem, este trabalho pretende contribuir para o debate sobre a fragilidade democrática no Brasil, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias que fortaleçam as instituições e a cidadania crítica diante das ameaças autoritárias.

01. DO LITERAL AO PRÁTICO

Durante 21 anos na história do nosso país, vivenciamos um golpe civil-militar (1964), que construiu memórias e desenvolveu dentro da sociedade um furo irreparável de pensamentos e atitudes que mudaram o rumo da política brasileira e fazendo com que deixasse de existir apenas dois núcleos políticos como, direita e esquerda, e criando outros grupos que se inseriram dentro do congresso e ocuparam bancadas, criando rachaduras, quase que, irreparáveis dentro da democracia brasileira no do século XIX. Traçando uma linha temporal dentro da política brasileira dentro do quadro que denominamos de republica populistas, o cenário que nos deparamos são sinérgicos ao qual nos encontramos em 2022. A linha presidencial dessa república, colaborou para que a nova república se inspirasse na quarta, e assim por diante, alcançando o atual.

O Brasil tem uma longa trajetória marcada por períodos de instabilidade política, com movimentos autoritários e crises democráticas que contribuíram para a fragilidade do Estado democrático ao longo das décadas. O primeiro ponto significativo ocorre durante o governo de Jânio Quadros (1961), que assumiu a presidência em meio a uma grave crise econômica, com inflação elevada. Sua política anti-inflacionária, que incluía congelamento de preços e incentivo à exportação, perdeu apoio tanto da esquerda quanto da direita, e sua tentativa de alinhar-se com países socialistas gerou uma forte oposição interna. Sua renúncia após apenas sete meses de governo, pressionado pela oposição e por uma história coletiva fomentada por Carlos Lacerda, foi um reflexo do quadro instável que antecedia o golpe militar de 1964.

Em seguida, João Goulart (1961-1964) assumiu a presidência em um contexto de polarização política. O governo de Goulart foi marcado pela implementação de reformas sociais e econômicas que aprofundaram os conflitos de classe, resultando em greves e oposição intensa. A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" foi uma das manifestações mais visíveis contra o governo, que culminou no golpe militar de 1964, depondo Goulart e levando-o ao exílio. O golpe militar não só instalou uma ditadura, mas também abriu espaço para o crescimento de políticas autoritárias que se perpetuaram nos anos seguintes.

Nos anos subsequentes, o regime militar consolidou-se com Humberto Castello Branco (1964-1967), Artur Costa e Silva (1967-1969), e Emílio Garrastazu Médici

(1969-1974). Castello Branco e Costa e Silva, por meio de decretos como o AI-2, AI-3 e AI-5, ampliaram a repressão política e instauraram um controle rígido sobre a sociedade e a oposição. O AI-5 foi particularmente crítico, pois deu ao governo poderes para fechar o Congresso, suspender direitos políticos e intensificar a perseguição a opositores. O milagre econômico do período, com seu alto crescimento baseado em exportações e concentração de renda, não evitou a desigualdade social, que aumentou exponencialmente sob o regime de Médici.

Com a presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), houve um início de distensão política, mas ainda dentro de um contexto de repressão. Geisel implementou uma abertura gradual do regime, lidando com a crise do petróleo, mas sem abandonar completamente o controle autoritário. João Figueiredo (1979-1985), seu sucessor, prosseguiu com o processo de abertura política, que culminou na concessão de anistia a prisioneiros políticos, mas sua gestão também foi marcada por uma crise econômica profunda, que preparou o terreno para o movimento Diretas Já, que buscava eleições diretas para a presidência e revelou a insatisfação popular com o regime.

Após o fim da ditadura, com a eleição de José Sarney (1985-1990) como o primeiro presidente civil após o regime militar, o Brasil enfrentou uma hiperinflação devastadora. Sarney promoveu a promulgação da Constituição de 1988, que restabeleceu o Estado democrático de direito, mas o país ainda enfrentava crises econômicas. A implementação de planos econômicos, como o Plano Cruzado, tentava estabilizar a economia, mas a crise persistia.

No período seguinte, Fernando Collor (1990-1992) implementou um controverso Plano Collor que confiscou poupanças, o que gerou grande descontentamento popular. O escândalo de corrupção em seu governo levou ao seu impeachment, um momento chave na história política recente, quando a população demonstrou que ainda havia espaço para manifestações democráticas, apesar das constantes ameaças de instabilidade.

Itamar Franco (1992-1995) assumiu a presidência após o impeachment de Collor e implementou o Plano Real em 1994, que estabilizou a economia e controlou a inflação. Contudo, o Brasil continuava a lidar com desigualdades e a busca por uma identidade política estável. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o Plano Real foi consolidado, mas a política de privatizações e a reeleição de

Cardoso em 1998 geraram tensões sociais, especialmente com a crescente desigualdade e crises econômicas durante seu segundo mandato.

Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) focou em políticas sociais, como o Bolsa Família, e na diminuição da pobreza, o que lhe garantiu alta popularidade. No entanto, o governo de Lula também foi marcado por escândalos de corrupção, como o Mensalão, que afetaram a imagem do governo e contribuíram para a polarização política que viria a ser explorada durante o governo seguinte.

Dilma Rousseff (2011-2016), a primeira mulher a presidir o Brasil, deu continuidade às políticas de Lula, mas enfrentou uma grave crise econômica e escândalos de corrupção. Seu impeachment, em 2016, gerou uma divisão política ainda mais profunda e culminou na ascensão de Michel Temer (2016-2018), que promoveu reformas econômicas impopulares, como as reformas trabalhista e previdenciária, enquanto sua gestão era marcada por baixa popularidade e envolvimento em casos de corrupção.

Finalmente, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi um ponto culminante na polarização política brasileira. Ele assumiu a presidência com um discurso de combate à corrupção, mas sua gestão foi marcada por políticas conservadoras, enfrentamento de crises políticas e sanitárias, e, especialmente, um ataque sistemático às instituições democráticas. A negação de dados sobre a pandemia de COVID-19, a propagação de teorias da conspiração e os ataques às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral culminaram em manifestações golpistas após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2022), evidenciando a contínua fragilidade da democracia brasileira.

Esses eventos e ações ao longo da história do Brasil demonstram como a instabilidade política, a repressão, as polarizações e os discursos autoritários foram se perpetuando, culminando em uma crise democrática em 2022. A manipulação da narrativa política e a crescente radicalização de setores da sociedade, como visto nas manifestações golpistas e no bolsonarismo³, são reflexos de um contexto de fragilidade institucional que perdura desde o século XX.

³ A descrição do **bolsonarismo** foi elaborada com base em análises gerais sobre o movimento e seu impacto no contexto político brasileiro. Não se trata de uma citação direta de uma fonte específica, mas sim de uma síntese do que é amplamente discutido por pesquisadores e jornalistas sobre o fenômeno.

1.2 - NEGACIONISMO POLÍTICO E NECROPOLÍTICA⁴

O curto governo de Michel Temer (2016-2017) tampouco foi poupado das investigações e denúncias de corrupção no contexto dos desdobramentos da operação Lava Jato⁵. Consolidando-se assim o enfraquecimento generalizado das instituições democráticas e dos principais partidos e lideranças políticas que vinham disputando a Presidência da República desde meados dos anos 90. Ademais, como observado Marcos Nobre (2020), "Grande parte do eleitorado estava se sentindo existencialmente ameaçada em 2018. Temia pelo seu emprego, pela sua vida, pela vida de sua família, pela religião que professava, pelo seu prestígio social". Foi assim que Jair Bolsonaro se tornou um ator político decisivo, algo praticamente impensável há alguns anos. O atentado à faca durante a campanha presidencial foi um episódio decisivo, pois permitiu uma arquitetada e bem-sucedida vinculação simbólica entre seu corpo e o corpo político brasileiro, ambos agredidos e em risco de morte, como argumentou Letícia Cesarino (2019) em sua análise apurada da ascensão do populismo digital no país.

Algumas das situações que ocorreram nessa troca política acabaram levando Jair Messias Bolsonaro a um nível político onde as "regras do jogo" eram feitas apenas por ele, nas quais eram condenadas de forma antipolíticas: "Nós não queremos negociar nada. Nós queremos é ação pelo Brasil. O que tinha de velho ficou para trás, nós temos um novo Brasil pela frente."

"Todos, sem exceção no Brasil, têm que ser patriotas e acreditar e fazer a sua parte para que nós possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Acabou a época da patifaria. Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro. Tenho certeza que todos nós

⁴ O conceito de **necropolítica**, desenvolvido pelo filósofo **Achille Mbembe**, refere-se à utilização do poder estatal para decidir quem deve viver e quem deve morrer, ou seja, a soberania do Estado sobre a vida e a morte de seus cidadãos. Mbembe argumenta que, nos Estados modernos, as políticas de segurança frequentemente envolvem o uso da força, e em determinadas situações, o Estado adota práticas que reforçam a segregação e a exclusão de grupos sociais marginalizados. O termo **necropolítica** questiona se, sob a justificativa de manter a ordem pública e a segurança, o Estado possui uma "licença para matar", legitimando o extermínio de grupos específicos que são vistos como uma ameaça à ordem estabelecida.

⁵ A **Operação Lava Jato** foi uma investigação iniciada em 2014 pela Polícia Federal do Brasil, que revelou um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, grandes empresas de construção, políticos e partidos. A operação levou à prisão de figuras proeminentes, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e teve impacto significativo na política e economia brasileiras. Embora tenha sido considerada um marco no combate à corrupção, a Lava Jato também gerou controvérsias, sendo criticada por sua abordagem seletiva e por influenciar processos políticos e eleitorais.

juramos um dia dar a vida pela pátria. Vamos fazer o que for possível para mudar o destino do Brasil. Chega da velha política" (NÓS, 2020).

A postura negacionista em que o presidente se encontrava era composta por negação de atos e distorção de contextos existenciais (em específico a COVID-19). O desencadeamento se manifestou de forma tumultuada ao que se de fato sabia a respeito da pandemia que tomava conta do país. Como dito pelo próprio: "Ô, cara, quem fala de... Eu não sou cozeiro, tá certo? BOLSONARO, Jair.

A postura de endurecimento político adotado por Jair Messias Bolsonaro nas políticas de segurança pública principalmente, e a promoção de uma medida "liberal", tem uma abordagem de manifestação necropolítica, onde a vida de determinados grupos sociais, principalmente os mais vulneráveis é desvalorizada em função de uma pseudosseguurança. Essa forma de expressão política também se relaciona com a parte pobre da sociedade onde, minorias étnicas são usadas dentro de um contexto de exclusão social; essa mesma politicagem usada por Bolsonaro que na nas incontáveis vezes foram usadas para promover essa estrutura de desigualdade social, são interpretadas como formas de uma continuação política que coloca vidas em risco, onde vida e morte são parte de uma estratégia de controle e dominação.

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Portanto, tomar a vida ou deixar viver são os limites da soberania, seus atributos-chave. (MBEMBE,2011.)

A necropolítica de fato não é somente algo transpassado dentro do contexto de política bolsonarista de 2022, antes mesmo desse cenário voltamos em 2018, onde a campanha eleitoral do ex-presidente era pautada em um modelo "crisofascista", onde a teologia era utilizada como uma ferramenta poderosa, principalmente dentro dos setores fundamentalistas cristãos.

A atual teologia governamental, ao apropriar-se das teologias populares, opera uma simplificação das questões e problemas da fé. Castra todas as possibilidades de vivências plurais..., portanto, a governabilidade de Bolsonaro se estrutura prioritariamente a partir das pautas cristãs presentes no cotidiano dos contextos populares, mas moldada por um corte fundamentalista. (ALMEIDA, 2020, p. 6)

A fala de Fábio Py Murta de Almeida sobre a influência da religião na política brasileira revela uma análise crítica da intersecção entre teologia e governança, especialmente no contexto do governo de Jair Bolsonaro. Almeida argumenta que a teologia governamental atual se apropria de elementos das teologias populares de

uma maneira que simplifica e distorce questões complexas da fé, sugerindo que a religião é manipulada para servir a interesses políticos específicos, em vez de promover uma verdadeira diversidade de experiências espirituais. Ele menciona que essa teologia é "filha do fundamentalismo evangélico", implicando que a abordagem adotada pelo governo não apenas ignora, mas também marginaliza outras formas de expressão religiosa e espiritual. Essa exclusão pode ter consequências significativas para a pluralidade e a convivência democrática no Brasil.

Almeida (2020), destaca que a governabilidade de Bolsonaro se estrutura em torno de pautas cristãs que ressoam com as vivências diárias das comunidades populares, indicando que a religião molda políticas públicas e a organização da sociedade. A fala sugere que a influência da religião na política não é neutra; ela pode transformar a dinâmica social, promovendo uma visão de mundo excludente e autoritária, o que levanta questões sobre como as políticas públicas são formuladas e quem se beneficia delas. Por fim, a análise de Almeida serve como um alerta para os setores progressistas, que muitas vezes subestimam a força da teologia no cotidiano das pessoas, o que pode resultar em uma desconexão com a base social e dificultar a construção de um diálogo efetivo e a promoção de uma agenda inclusiva. Em síntese a fala de Almeida convida à reflexão sobre como a religião, especialmente em sua forma fundamentalista, influencia a política e a sociedade brasileira.

1.3 – O CRESCIMENTO E OS MOVIMENTOS DE EXTREMA DIREITA NO BRASIL.

A ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil se deu em um contexto de crescente insatisfação com as frentes partidárias, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), que, segundo parte da população, falhou em atender às necessidades sociais e econômicas do país. Nesse cenário, ideólogos como Olavo de Carvalho desempenharam um papel crucial, contribuindo para a disseminação do pensamento da extrema-direita no Brasil. Seus discursos ajudaram a moldar uma narrativa que, ao mesmo tempo em que apoiava o conservadorismo direitista, promovia uma falsa sensação de apoio à democracia, atraindo uma grande massa de seguidores bolsonaristas, muitos dos quais foram alimentados pela histeria macartista. No entanto, a avaliação sobre a administração pública de Bolsonaro revelou contradições: enquanto é visto por alguns como o mais honesto e eficiente administrador público, como estrategista na luta contra o comunismo, seu governo é

descrito como um fracasso, marcado pela presença de conselheiros considerados ignorantes ou mal-intencionados (CARVALHO, 2022).

A intensidade do apoio a Jair Bolsonaro disseminou o crescimento da extrema-direita em diferentes grupos dentro do Brasil, com o bolsonarismo emergindo como a principal ideologia. Esse movimento avançou para uma discussão neofacista, especialmente entre a alta classe, que promovia o anticomunismo como um suporte aos ideais democráticos conservadores. No entanto, esse "macartismo" não existe de fato no Brasil como uma política ativa. Bolsonaro, ao unir seu discurso contra o socialismo e o comunismo, disse em 2019: "Vamos unir o Brasil pela vontade de nos afastarmos de vez do socialismo, do comunismo, nos vemos livres desse fantasma do que acontece na Venezuela." Essa ascensão da extrema-direita foi reconhecida como uma resposta às demandas financeiras do capital do país, aliada aos interesses da burguesia, resultando em uma política extremista e autocrática, voltada para o acúmulo de capital e acomodação de interesses globais.

1.4 – O BOLSONARISMO COMO ESPELHO (ANTI) DEMOCRÁTICO.

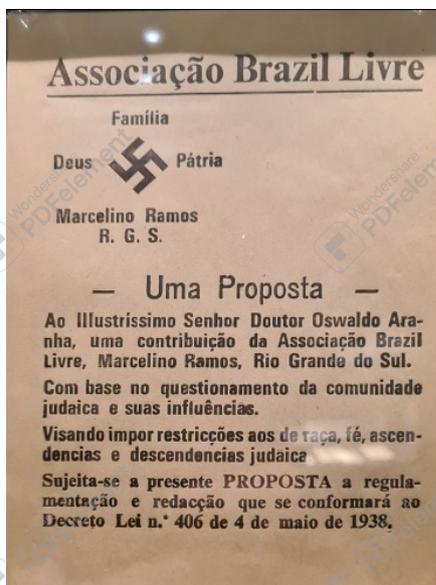
O "bolsonarismo"⁶ foi um movimento social político que acabou crescendo no Brasil, e fazendo com que a política brasileira tomasse outro rumo sobre o que se sabia sobre partidarismo, democracia, patriotismo e o conservadorismo. A extrema-direita deu um salto dentro de alguns grupos sociais, no qual o fanatismo político⁷ levou a ascensão da figura política de Jair Messias Bolsonaro a um patamar quase que endeusado por uma parcela extensa populacional, que durante a sua propaganda política usava expressões de cunho ditatorial, fascista e nazista: "Deus, Pátria, Família" (Bolsonaro, 2022).

De certa forma fazia com que essa parcela de adeptos aos bolsonarismo se tornassem fanáticos do movimento e da política bolsonarista, e descartando o fato de que o slogan da campanha usada pelo candidato era um dos slogans de campanha da ditadura civil-militar ocorrida no Brasil no período (1964-1985). Elevando assim o movimento bolsonarista como um salvador e resgatador dos valores tradicionais

⁶ Termo criado durante o governo do ex presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), para designar seus apoiadores.

⁷O **fanatismo político**, de acordo com **Paulo Pinsky**, é um fenômeno que envolve uma adesão extrema e irracional a uma ideologia política, caracterizada por uma visão de mundo dicotômica e imutável.

familiares e conservadores na qual o país precisaria para o momento político em que o Brasil se encontrava.



Proposta da Associação Brazil Livre ao Dr. Oswaldo Aranha, questionando a comunidade judaica e propondo restrições com base em raça, fé, ascendência e descendência judaica, conforme Decreto Lei nº 406 de 4 de maio de 1938. Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul. Associação B

Este slogan, em particular, evocava um vínculo com o passado autoritário do Brasil, com referências diretas à ditadura civil-militar (1964-1985), pois foi um dos slogans de campanha utilizado durante aquele período. No entanto, para muitos adeptos do movimento, essa associação histórica foi ignorada ou distorcida, tornando o bolsonarismo um movimento de resgate dos valores tradicionais da família e do conservadorismo. Nesse contexto, o bolsonarismo foi promovido como a salvação política para um Brasil em crise, oferecendo uma visão de resgatar uma ordem moral e social que, segundo seus defensores, estava em declínio.

Ao mesmo tempo, o movimento se alimentava de um discurso polarizador, que dividia o país entre “os patriotas” e “os inimigos da pátria”, criando uma forte ideologia de grupo, com uma base de seguidores fanatizados, dispostos a lutar contra qualquer ameaça percebida ao que consideravam os valores fundamentais da nação.

2. DES(INFORMAÇÕES).

O processo de desinformações contribuiu grandemente para o desenvolvimento da desinformação da extrema-direita; essas informações compartilhadas de forma imprecisa e célere, fez com que o processo de democracia participativa ficasse cada vez mais difícil de avançar em um cenário onde as fake News dominavam o país. Esse tipo de informação falsa compartilhada principalmente nas redes sociais fez com que algumas medidas fossem tomadas para que o processo democrático no país continuasse de forma constante. Durante a pandemia da Covid-19, as fake News tornaram se um fenômeno alarmante principalmente com impactos significativos na saúde pública e na percepção da população sobre a doença e sobre as vacinas. As redes sociais, especialmente WhatsApp, Facebook e Instagram, foram identificadas como os principais canais para a propagação de fake News sobre a Covid-19. A facilidade de compartilhamento e a falta de verificação de informações contribuem para a rápida disseminação de conteúdos falsos. Pesquisas indicam que uma grande parte da população brasileira acredita em fake News relacionadas à Covid-19. Por exemplo, uma pesquisa revelou que pelo o menos 9% confiam no governo federal, e uma fatia menor ainda (4%) se informam por governos estaduais/municipais.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Qual é a sua principal fonte de confiança para a obtenção de informações sobre a pandemia do coronavírus? (%)



Quanto cada rede social é impactada pelas fake news? (%)

(percentual que descreveu a rede como "muito" ou "mais ou menos" impactada)



Fonte: IDCA/Instituto Vox, 2020. Foram ouvidas 2.000 pessoas em julho de 2021.

Fonte: Portal Exame

Durante esse período de disseminação de notícias falsas, a confiança passou a ser em uma informação repassada por outras fontes principais, como igreja, e redes sociais.

"A disseminação de notícias falsas contribui para o descrédito da ciência e das instituições globais de saúde pública, bem como enfraquece a adesão da população aos cuidados necessários de prevenção, ao lidar com a epidemia" Costa (2021, p. 8)

A desinformação que levou ao processo de desconfiança ficou ainda mais concreto quando o próprio ex-presidente afirmava e desconfiava da vacinação, indo contra todo os princípios do Ministério da Saúde; as manifestações livres em redes sociais e em palanques religiosos davam credibilidade aos atos contra a vacina da Covid-19 e a favor das falas ilógicas do presidente.

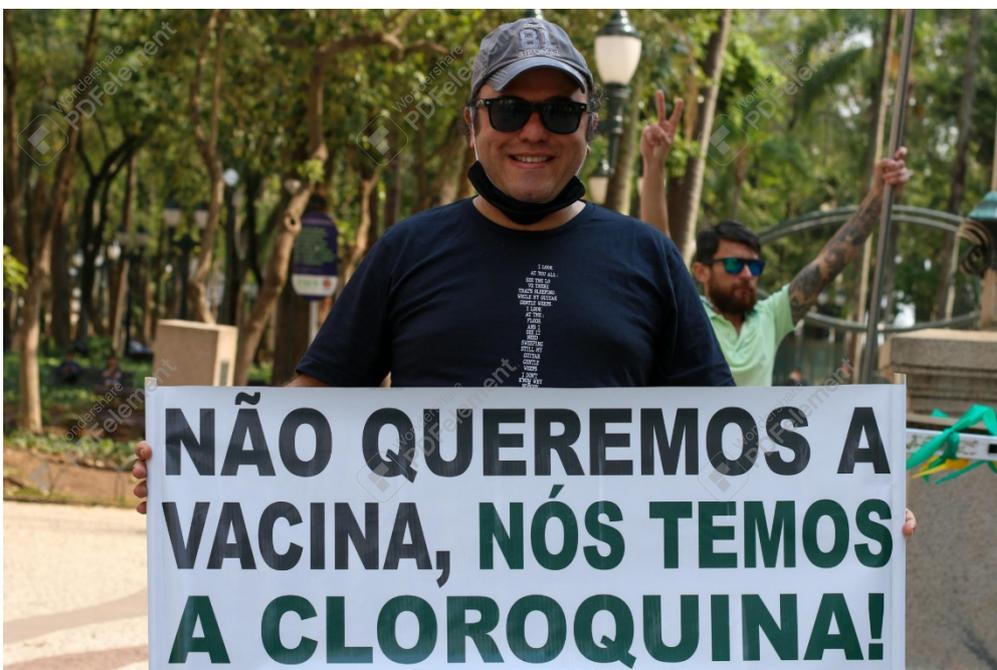


Figura 3. Fonte: Carta Capital

"Não queremos a vacina, temos a cloroquina" pode ser interpretada como um símbolo das tensões políticas e de saúde pública que marcaram o Brasil durante a pandemia de COVID-19. Esse cartaz reflete uma postura anticiência e o movimento de resistência contra medidas de prevenção convencionais, como a vacinação, em favor de tratamentos não comprovados, como a cloroquina, que foi promovida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e outros aliados.

O uso de cloroquina foi amplamente discutido no contexto da pandemia, apesar da falta de evidências científicas sólidas para seu efeito no tratamento da COVID-19. A insistência nesse remédio como alternativa à vacina reforçou a polarização política,

com grupos de apoio a Bolsonaro descreditando as vacinas e a medicina tradicional em favor de soluções alternativas. Esse comportamento de negação das orientações de saúde pública pode ser associado ao fenômeno do negacionismo, que se intensificou no Brasil durante a gestão do ex-presidente.

Além disso, a imagem ilustra o impacto do "bolsonarismo" e a sua capacidade de influenciar a opinião pública, especialmente nas camadas mais vulneráveis da sociedade. A frase também evidencia a desinformação e o papel crucial das redes sociais na disseminação de narrativas antivacinação e de apoio à política de tratamentos precoces sem comprovação científica.

A contribuição desse tipo de des(informação) foi diretamente para uma rachadura na credibilidade democrática que precisava ser revista no país naquele momento. A negação científica ficou cada vez maior, e a luta contra a desinformação estaria apenas se iniciando, em 2021 foi criado o Projeto de Lei nº 2108, que propõe a criação do crime de "comunicação enganosa em massa". O projeto tem como objetivo punir de forma judicial a propagação de notícias falsas, uma vez que as mesmas podem fazer com que a informação correta nunca chegue ao lugar devido, fazendo assim a credibilidade de uma notícia verídica não se concretizar de fato.

2.1. O PROCESSO E OS IMPACTOS POLÍTICOS.

O governo de Jair Bolsonaro teve um impacto significativo no enfraquecimento das instituições democráticas brasileiras, promovendo uma polarização política extrema e alimentando o ódio entre diferentes grupos sociais. Bolsonaro adotou um discurso de violência, desinformação e negacionismo, especialmente em relação à pandemia de COVID-19, o que resultou na desvalorização da vida humana, particularmente de grupos vulneráveis. Esse comportamento pode ser caracterizado como necropolítica, conforme conceituado por Achille Mbembe, já que o governo parecia definir quem deveria viver e quem deveria morrer com base em suas próprias agendas políticas. Além disso, o uso instrumental da religião, especialmente o fundamentalismo evangélico, foi uma estratégia para consolidar seu poder e promover uma agenda conservadora e excludente.

As políticas de Bolsonaro se distinguiram por ataques sistemáticos a minorias, contribuindo para a discriminação e a exclusão social. Nesse contexto, a reflexão de

Hannah Arendt sobre o totalitarismo se torna pertinente: "O totalitarismo não apenas revela a capacidade humana para o mal, mas também a facilidade com que as pessoas comuns podem ser transformadas em instrumentos de destruição" (ARENDR, 1973, p. 468). Esse tipo de governo, com sua retórica e ações, evidenciou o risco de regimes autoritários transformarem a população em cúmplices do mal e da destruição de direitos fundamentais.

Essa análise sublinha a maneira como o governo Bolsonaro utilizou a polarização e o discurso de ódio para justificar e promover uma agenda política profundamente antidemocrática.

O discurso e as ações desse governo legitimaram a violência e a cultura do cancelamento, contribuindo para um clima de insegurança e intolerância, características nas quais se fundem com os ideais fascistas de um governo totalitário e de extrema direita, onde tem-se um inimigo em comum e não dependem apenas de uma elite cruel, mas também da participação ativa das massas que se tornam instrumentos de destruição e, manipuladas seguem um caminho de atos perversos

O conceito de "desdemocratização" é apresentado como um movimento contrário à democracia, caracterizado pela redução da participação popular, da igualdade e da proteção dos cidadãos. As instituições de participação construídas são partes fundamentais para a democracia e sua crise é um indicativo de retrocesso democrático na gestão de Bolsonaro essa crise é apresentada com o desinteresse do ex-presidente demonstrando pouco interesse sobre a gestão dessas instituições. Com a pandemia essa crise agravou, intensificando os desafios de gestão e apontando para um futuro ainda mais incerto. O processo de desdemocratização e a crise das instituições participativas levaram à fragilidade do Estado democrático de Direito e à intensificação das desigualdades.

"Entendo regressão democrática como um momento de diminuição do apoio à democracia por amplas camadas da opinião pública e de contestação de resultados democráticos. Já os momentos antidemocráticos implicam rupturas mais radicais em relação às instituições eleitorais." (Avritzer, 2018 p. 4)

A vulnerabilidade das instituições participativas, a desconsideração da participação cidadã, os efeitos da pandemia, o aumento das desigualdades sociais e o retrocesso nos direitos democráticos constituem fatores interligados, criando um panorama alarmante para a democracia no Brasil. A supressão das entidades de envolvimento social, especialmente, marca uma virada significativa nesse contexto,

pois revela uma intenção manifesta de cercear a participação cidadã na política. Ao limitar os canais de comunicação e decisões, a administração vigente indica uma propensão autoritária, comprometendo os progressos democráticos alcançados nos últimos anos. Os efeitos desse processo são extensos e significativos. A erosão da democracia vai além do campo político, afetando de maneira direta a existência de todos os indivíduos, especialmente os setores mais fragilizados. A ausência de engajamento da sociedade resulta na negligência das necessidades e anseios da população nas estratégias governamentais, o que intensifica as disparidades sociais e financeiras. O Brasil enfrenta, atualmente, uma fase delicada em relação à sua democracia. Elementos como a vulnerabilidade das instituições, a diminuição do engajamento popular e o agravamento das desigualdades sociais indicam um retrocesso democrático que demanda uma mobilização significativa da sociedade civil para reverter essa situação. A busca por uma democracia mais equitativa e inclusiva representa um desafio urgente para todos que se importam com o futuro do Brasil.

2.2 FASCISMO ETERNO.

Em sua obra *O Fascismo Eterno*, Umberto Eco propõe uma análise do fascismo não como uma ideologia monolítica, mas como um "totalitarismo difuso", uma combinação de elementos contraditórios que se manifestam em diferentes contextos históricos. Ele introduz o conceito de "Ur-Fascismo", um conjunto de características que pode aparecer em diversas formas políticas, sem constituir um sistema ideológico único. Entre essas características, Eco destaca o culto à tradição, que exalta o passado em detrimento da inovação, a frustração social, que alimenta o ressentimento de setores ameaçados por mudanças econômicas e sociais, e a rejeição do dissenso, que busca a homogeneização das ideias e a estigmatização das diferenças. Além disso, o Ur-Fascismo envolve um forte componente de racismo, com a construção de uma identidade nacional homogênea, com base em uma determinada raça ou etnia, que justifica a exclusão de minorias. Eco sublinha que, embora a presença isolada de uma dessas características não seja suficiente para caracterizar um regime como fascista, a combinação dessas características, especialmente em um cenário de crise política, pode sinalizar a emergência de um fenômeno político com afinidades com o fascismo histórico. O conceito de *Ur-Fascismo* proposto por Umberto Eco pode ser compreendido a partir de quatro ideias principais que se interrelacionam e formam a base de um movimento fascista: o culto à tradição, a frustração social, a rejeição do

dissenso e o racismo. O culto à tradição envolve a exaltação do passado e das práticas tradicionais, frequentemente em detrimento da inovação, e é utilizado para legitimar um projeto político conservador e autoritário. Esse foco no passado se alia à frustração social, que mobiliza setores da sociedade, especialmente as classes médias, insatisfeitas com mudanças econômicas e sociais. Essas mudanças criam um ambiente de ressentimento e desejo de ordem, dando espaço para uma retórica que promove a intolerância à diversidade, o que é a rejeição do dissenso. Nesse contexto, há uma busca por uma homogeneização ideológica, estigmatizando as diferenças e deslegitimando o pluralismo.

Por fim, o racismo emerge como uma característica central, com a construção de uma identidade nacional homogênea, baseada em uma etnia ou raça específica, o que serve como justificativa para a exclusão de grupos minoritários. Eco aponta que, embora a presença isolada de qualquer uma dessas características não seja suficiente para definir um regime como fascista, a combinação de várias delas, especialmente em um período de crise e instabilidade política, pode levar ao surgimento de um regime com fortes afinidades com o fascismo histórico.

"O Ur-Fascismo provém da frustração individual ou social. O que explica por que uma das características dos fascismos históricos tem sido o apelo às classes médias frustradas, desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política, assustadas pela pressão dos grupos sociais subalternos" (Eco, Umberto 1997.)

2.3 O FASCISMO BRASILEIRO E A IDENTIFICAÇÃO DO UR-FASCISMO DE UMBERTO ECO

Em sua obra *O Fascismo Eterno*, Umberto Eco oferece uma análise que destaca aspectos fundamentais para a identificação de regimes autoritários e totalitários, que têm relevância tanto no contexto histórico europeu quanto em outros cenários contemporâneos, como no Brasil. Eco alerta para a normalização insidiosa do autoritarismo, destacando a gradual erosão das liberdades individuais e a aceitação de discursos de ódio como uma porta de entrada para regimes totalitários. Para ele, a vigilância constante é essencial para impedir que práticas autoritárias se tornem banais. Além disso, Eco enfatiza a importância da diversidade e do dissenso, essenciais para a saúde democrática, visto que o fascismo se caracteriza pela

intolerância à divergência e pela busca por um consenso homogêneo, o que mina o pluralismo.

Outro ponto crucial da análise de Eco é o perigo do nacionalismo exacerbado, um elemento frequente nos movimentos fascistas que utilizam a exaltação de um passado glorioso e a construção de uma identidade nacional homogênea para mobilizar as massas e justificar políticas excludentes. Eco também aponta a relação entre frustração social e ascensão do fascismo, observando como líderes autoritários exploram o descontentamento popular, especialmente entre as classes médias, para direcioná-lo contra grupos minoritários. Ele ainda destaca o papel fundamental da educação e do pensamento crítico, que ajudam os cidadãos a resistir à manipulação ideológica e à propaganda. Por fim, Eco lembra da linguagem como ferramenta de poder, onde, ao manipular a opinião pública, ela pode desumanizar minorias, o que se refletiu em estratégias como a "novilíngua", conceito de Orwell. Esses elementos, com base na análise do fascismo, podem ser aplicados em diferentes contextos históricos, inclusive no Brasil, onde várias características do Ur-Fascismo ainda emergem em momentos de crise política e social.

03. DESDEMOCRATIZAÇÃO

A desdemocratização é um conceito, tampouco conhecido e, recentemente descortinado pelo retrocesso da democracia, onde as características que o especificam geram um regime democrático começam a se desfazer. “Segundo Charles Tilly (2013), a desdemocratização ocorre quando existe um “movimento médio decrescente” em setores fundamentais da democracia, como a amplidão, igualdade, proteção e consulta recíproca nas relações políticas entre Estado e população”. No contexto brasileiro político, o conceito de desdemocratização tem sido associada a ações que limitam ou extinguem instituições de participação social, o que resulta em um declínio significativo dessa democracia. O apagamento dessas instituições é observado como um indicativo de que os direitos das minorias sociais podem não ser respeitados, o que resulta a desigualdade por categoria dentro de um governo politicamente encarada como um episódio solitário da democratização, onde a debilidade das instituições participativas é um sinal de retrocesso democrático.

Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência do Brasil, em 2018, questionava-se como as instituições de participação sobreviveriam ou resistiriam em uma conjuntura política que já indicava retrocesso das experiências de participação institucional. Constata-se que as instituições participativas vivenciaram um período de crise na atual gestão do Executivo Federal, em que claramente o Presidente não compreende o papel significativo da participação social como dimensão da vida democrática. É preciso compreender a participação como a própria política pública e não apenas como um instrumento para chegar a ela. O movimento de desdemocratização que se forma aponta para o retrocesso de ações democráticas e de cidadania que foram fortalecidas entre 2003 e 2014. Além disso, tal retrocesso pode ser aprofundado pela pandemia da COVID-19 ainda em curso. A descoordenação e os desafios de gestão dessas instituições neste período pandêmico podem estar sendo intensificados, apontando para um futuro ainda mais certo (ALMEIDA, 2020, p. 15).

A desdemocratização no Brasil, em especial sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro, tem gerado um ambiente onde as instituições de participação estão abandonadas e em crise, o que compromete o fortalecimento do Estado democrático de Direito.

A descoordenação e os desafios de gestão dessas instituições neste período pandêmico podem estar sendo intensificados, apontando para um futuro ainda mais incerto" (ALMEIDA, 2020, p. 152).

Sob esse contexto, percebemos como a crise nas instituições participativas, acentuadas pela pandemia da COVID-19, contribui para um cenário de desdemocratização, refletindo a fragilidade da participação social na atual gestão do Executivo Federal, onde a falta de reconhecimento e valorização das instituições de participação social elevam o indicativo de alto retrocesso democrático no Brasil.

3.1 O PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL.

O processo de desdemocratização no Brasil tem sido caracterizado por uma série de ações e políticas que enfraquecem as instituições democráticas e limitaram a participação social.

Desde a eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018, as instituições de participação social, criadas após a promulgação da Constituição de 1988, têm enfrentado uma crise profunda. Reconhecidas como essenciais para a democracia participativa, essas instituições estão sendo desmanteladas ou deliberadamente negligenciadas, resultando em um claro retrocesso na participação cidadã e no fortalecimento do diálogo entre Estado e sociedade.

O atual governo tem demonstrado uma desvalorização explícita da importância da participação social na consolidação democrática. Tal postura é evidenciada por políticas que, sob a justificativa de racionalizar a administração pública, acabam excluindo a sociedade civil dos processos de decisão política. Esse afastamento compromete a representatividade nos espaços de deliberação e enfraquece o papel dos cidadãos na construção de políticas públicas.

A pandemia ocorrida da COVID-19 agravou ainda mais os desafios enfrentados por essas instituições. A crise sanitária destacou a descoordenação administrativa e a gestão ineficaz das instâncias participativas, o que contribuiu para o aprofundamento das incertezas em relação ao futuro da cidadania ativa e da democracia no país.

Além disso, a desdemocratização em curso tem ampliado desigualdades categóricas, especialmente no que diz respeito à proteção de direitos de minorias. A negligência às demandas de grupos vulneráveis e a redução dos espaços de participação efetiva refletem um processo de enfraquecimento das garantias

constitucionais. A extinção ou o enfraquecimento dessas instituições é um indicador preocupante de que os direitos de populações marginalizadas estão cada vez mais ameaçados.

Esse cenário também pode ser interpretado como parte de um movimento mais amplo de retrocesso democrático. As conquistas alcançadas entre 2003 e 2014, período marcado por avanços nos direitos democráticos e sociais, têm sido sistematicamente desfeitas. As ações do governo atual sinalizam um processo de desmonte das estruturas que fortaleciam a inclusão e a participação cidadã, reforçando a necessidade urgente de uma agenda que resgate e reforce os valores democráticos no Brasil.

"A extinção das instituições de participação caracteriza um declínio democrático importante, haja vista direitos de minorias da sociedade podem não ser respeitados dentro do próprio governo (desigualdades categóricas)" (SILVA, 2021, p. 8).

Essas informações nos mostram que o conjunto de todos "ingredientes" antidemocráticos, resultam em um quadro inquietante ao que diz respeito da integridade da saúde democrática brasileira, onde a desdemocratização não é apenas um fenômeno político, mas é também um contratempo social que interfere no desenvolvimento dos cidadãos.

A desdemocratização tem causado impactos profundos na sociedade brasileira, afetando tanto as instituições políticas quanto a vida cotidiana dos cidadãos. Os efeitos dessa tendência desestabilizadora se refletem em diversos aspectos da estrutura social e política do país, comprometendo a qualidade da democracia e a inclusão cidadã. A desdemocratização contribui para a diminuição da participação social nos processos de decisão política, com o enfraquecimento ou a extinção das instituições de participação, resultando na limitação das oportunidades dos cidadãos de influenciar as políticas públicas e expressar suas demandas, o que pode gerar um sentimento generalizado de alienação e desengajamento político, enfraquecendo a noção de pertencimento à democracia e a confiança no sistema político. A falta de mecanismos de participação efetiva tende a exacerbar as desigualdades sociais e econômicas, pois grupos minoritários e vulneráveis, que frequentemente dependem dessas instituições para a defesa de seus direitos, correm o risco de serem ainda mais marginalizados, o que pode resultar em uma maior exclusão social, dificultando a conquista de direitos fundamentais e aprofundando a disparidade entre diferentes

segmentos da sociedade. O enfraquecimento das instituições democráticas pode levar à erosão da confiança da população nas instituições públicas, uma vez que, ao perceberem que suas vozes são desconsideradas e que as instituições não funcionam de maneira justa e transparente, os cidadãos geram desconfiança, cinismo e uma visão negativa em relação ao governo e à própria democracia. O contexto de desdemocratização pode favorecer o fortalecimento de movimentos conservadores, frequentemente alinhados com pautas regressivas, contribuindo para uma crescente polarização política e social, dificultando o diálogo entre diferentes setores da sociedade e a construção de consensos necessários para a governança democrática.

Outro efeito da desdemocratização é a limitação da liberdade de expressão e o cerceamento da liberdade de imprensa, com o controle ou a repressão das vozes dissidentes se intensificando, restringindo o debate público e comprometendo a pluralidade de opiniões, que é essencial para a formação de uma opinião pública bem informada e para a avaliação crítica das políticas adotadas pelo governo. A longo prazo, a desdemocratização pode resultar na desestabilização do sistema democrático, criando um terreno fértil para a ascensão de regimes autoritários. A fragilização das instituições democráticas compromete a proteção dos direitos civis e pode dar margem a abusos de poder, ameaçando o próprio funcionamento da democracia e o respeito aos direitos humanos.

"As instituições de participação se encontram frágeis, abandonadas e em crise. A argumentação é desenvolvida sob a circunstância de retrocesso democrático vivenciado com a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, em que se discute a necessidade de resgate dos ideais participativos para fortalecimento do Estado Democrático de Direito" (SILVA, 2021, p. 3).

A combinação desses efeitos, desencadeiam um cenário tanto quanto perturbadores dentro da sociedade brasileira, onde a democracia em conjunto com a sociedade começa a encontrar um risco, exigindo um esforço coletivo para reverter o processo e retomar as instituições democráticas que por sua vez se encontram fragilidades perante os ideais antidemocráticos.

Dentro desses processos de desdemocratização, de acordo com Mbembe, a longo prazo temos que trabalhar em como fazer uma junção de estratégias para que ocorra um fortalecimento do contexto de democracia dentro das linhas políticas brasileiras.

É essencial revitalizar e fortalecer as instituições de participação social, garantindo que elas desempenhem um papel ativo nos processos de decisão política.

Isso envolve a criação de novos mecanismos que permitam a inclusão de diversas vozes e interesses na formulação de políticas públicas, assegurando a representatividade de todos os segmentos da sociedade. Além disso, promover a educação cívica e política nas escolas e nas comunidades é uma medida importante para aumentar a conscientização sobre os direitos e deveres dos cidadãos, ao mesmo tempo em que incentiva a participação ativa na vida democrática. Programas que ensinem a importância da democracia, dos direitos humanos e da participação social são fundamentais para essa conscientização.

Outro ponto crucial para o fortalecimento da democracia é o aumento da transparência nas ações do governo e a garantia do acesso à informação. Estes são passos indispensáveis para permitir que os cidadãos fiscalizem as ações do governo e participem de maneira mais informada nos processos políticos, fortalecendo o controle social.

Simultaneamente, é necessário apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da participação cidadã. Tais organizações desempenham um papel significativo na promoção da democracia, contribuindo para a defesa dos interesses de grupos marginalizados e garantindo que suas vozes sejam ouvidas nas esferas decisórias.

Fomentar o diálogo entre diferentes grupos sociais e políticos é igualmente importante. A construção de consensos e a redução da polarização exigem iniciativas que promovam a mediação e o debate construtivo. Essas ações são essenciais para restaurar a confiança nas instituições democráticas, ao proporcionar um espaço de entendimento e colaboração entre as partes.

Ademais, é fundamental considerar reformas políticas que tornem o sistema mais representativo e inclusivo. A revisão das regras eleitorais e a promoção de mecanismos de democracia direta podem fortalecer a participação cidadã, aumentando a legitimidade das instituições e o envolvimento da população nas decisões políticas.

Finalmente, a proteção dos direitos humanos e das liberdades civis deve ser uma prioridade para a manutenção de uma democracia saudável. Garantir os direitos das minorias, combater a discriminação e a violência, e promover políticas públicas que defendam os direitos fundamentais de todos são medidas essenciais para garantir a igualdade e a justiça social.

"A extinção das instituições de participação caracteriza um declínio democrático importante, haja vista que os direitos de minorias da sociedade podem não ser respeitados dentro do próprio governo. Deve ser viabilizada a ampliação da participação social no exercício de poder, uma vez que o desmonte das instituições de participação caracteriza indício de movimento de desdemocratização" (SILVA, 2021, p.8).

Esses combos de propostas visam efetivar uma característica democrática mais ativa onde a participação cidadã é vista como justa e igualitária, enfatizando a importância de revitalizar essas instituições, consolidar e proteger os direitos civis.

A relação entre desdemocratização e fascismo se torna evidente em regimes autoritários, onde é possível observar a forma como essas ideologias buscam minar as instituições democráticas e a participação social. No contexto político brasileiro, a ascensão dessas ideologias aproxima-se do fascismo, refletindo a construção de um Estado antidemocrático e autoritário. Em tal cenário, a deslegitimação das instituições democráticas é um aspecto central, uma vez que o fascismo frequentemente se caracteriza pela desvalorização das instituições e pela promoção de um discurso que deslegitima a participação popular. Este fenômeno encontra paralelo com a crise das instituições de participação social no Brasil, que, sob a atual gestão, têm sido desmanteladas ou marginalizadas, enfrentando um processo de enfraquecimento significativo.

Além disso, o crescimento de um discurso antipartidário e a polarização política, como exemplificado pelas Jornadas de Junho ⁸e pela ascensão do "bolsonarismo", refletem características típicas de regimes fascistas, nos quais a dicotomia entre "nós" e "eles" é acentuada. Essa polarização resulta na exclusão de vozes dissidentes e na marginalização de diversos grupos sociais, agravando a fragmentação da sociedade e prejudicando o diálogo democrático.

Outro elemento central do fascismo é a repressão à participação social, que busca silenciar a oposição e enfraquecer a esfera pública. A crise das instituições participativas no Brasil, que têm sido desvalorizadas e enfraquecidas, reflete um

⁸ As **Jornadas de Junho de 2013** foram uma série de manifestações populares que começaram como protestos contra o aumento das tarifas de transporte público no Brasil, mas rapidamente se ampliaram para questionamentos sobre temas como corrupção, desigualdade social, **As Jornadas de Junho de 2013** foram uma série de manifestações populares que começaram como protestos contra o aumento das tarifas de transporte público no Brasil, mas rapidamente se ampliaram para questionamentos sobre temas como corrupção, desigualdade social, infraestrutura e a má qualidade dos serviços públicos. Esses protestos marcaram um momento de insatisfação generalizada com o governo de Dilma Rousseff e o sistema político, contribuindo para o fortalecimento de movimentos sociais e a crise de representatividade política no país.

movimento em direção a práticas autoritárias, alinhadas a essa característica fascista de repressão e controle da sociedade civil.

O fascismo também é frequentemente associado a uma retórica nacionalista e conservadora, que visa restaurar "valores tradicionais" e promover uma identidade homogênea. No Brasil, o "bolsonarismo", com seu discurso ultraconservador e nacionalista, pode ser interpretado como uma manifestação desse movimento fascista, que busca resgatar uma ideia de ordem e moralidade ligada a uma visão conservadora da sociedade.

Por fim, o fascismo frequentemente se alimenta de desigualdades sociais, criando um "inimigo" interno para justificar a exclusão e a repressão. A extinção das instituições de participação social e o desrespeito aos direitos das minorias no Brasil podem ser vistos como indicadores de um movimento de desdemocratização que favorece a exclusão social e a intensificação das desigualdades, características típicas dos regimes fascistas.

"A mudança na estrutura de possibilidade política ocasionada pelos avanços da extrema direita em várias partes do mundo provocou uma consequência que impulsiona os regimes no sentido à desdemocratização, ao gerar um movimento médio decrescente em cada um dos quatro aspectos da definição operacional do autor: amplitude, igualdade, proteção e propriedade consultiva" (SILVA, 2021, p.4).

Essas mudanças ligadas ao processo de desdemocratização, e ao avanço das ideologias de extrema direita, acabam fazendo uma ponte com as tendências fascistas, onde as características desse processo acabam ameaçando as instituições democráticas e causando desigualdade nas relações políticas e sociais, refletindo num retrocesso democrático.

3.2 A EXTREMA DIREITA NO BRASIL.

Quando o golpe de 2016 veio com a destituição de Dilma Rousseff no Brasil, juntamente com uma crise política e econômica, o ambiente de descontentamento pelos grupos sociais ficaram generalizados. Esse cenário foi parte do processo dos grupos de direita, que se unificaram em pautas conservadoras e antidemocráticas, elevando a mobilização da classe média e os setores conservadores da sociedade.

Temos, assim, um heterogêneo e novo movimento político composto por uma direita autoritária que contribuiu para o aprofundamento da crise capitalista, possibilitando a ascensão de grupos ultraliberais na direção do Estado e reproduzindo as velhas táticas políticas de opressão, de manipulação e de clientelismo, adeptas ao discurso do anticomunismo e do combate à corrupção (Silva, 2021, p. 121)

Os meios de comunicação como as redes sociais foram palco de disseminação desse processo, o que permitiu que as ideias virassem mobilizações virtuais e protestos nas ruas contra a esquerda e o “petismo⁹”. Esses meios de comunicação se tornaram fundamentais para a educação do consenso entre as massas e para a legitimação de ações políticas reacionárias, surgindo assim o discurso de antipetismo e anticorrupção, que se tornaria âncora para os pilares da retórica da extrema-direita, inflamando ainda mais o sentimento antipetismo. A ideia de que a corrupção era prerrogativa apenas de um partido político (PT), auxiliou para a projeção de candidatos “ficha-limpa” como Bolsonaro. A convergência de interesses por parte da burguesia e o capital imperialista refletiu na ascensão da figura de Bolsonaro, utilizando-se da oportunidade para aliar-se a elite econômica, controlando as classes populares e impondo políticas de desregulamentação, que beneficiavam apenas os interesses privados.

O cenário de crise econômica e instrucional acabou desqualificando a esquerda e expondo escândalos de corrupção que também contribuíram para a ascensão da extrema-direita no Brasil permitindo novas formas de manipulação política. O resultado elevou o nível de interesses e junções da elite a um movimento reacionário de massa, o neofascismo. Essa atividade mobilizou uma crítica conservadora a política participativa democrática e à corrupção, com a impossibilidade de um contramovimento social significativo para contrabalancear essa narrativa.

3.3. 8 DE JANEIRO DE 2023, O TESTE DA DEMOCRACIA.

No dia 23 de janeiro de 2023 o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal foram surpreendidos por um ataque, quando supostos “patriotas” invadiram e vandalizaram os locais. O ataque foi motivado com a intencionalidade de contestação sobre o resultado das eleições, de 2022 sob a alegação dos bolsonaristas, colocando em dúvida o resultado das eleições e

⁹ O petismo é um movimento de esquerda que surgiu na década de 1980, com uma forte ênfase na inclusão social, direitos dos trabalhadores, e na diminuição das desigualdades socioeconômicas. No entanto, ao longo de sua ascensão e no poder, o PT se envolveu em escândalos de corrupção, principalmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com destaque para o escândalo do **Mensalão** e a **Operação Lava Jato**.

aguçando ainda mais a aspiração de um suposto golpe, com o aclamado grito de apelo “intervenção militar já”.

A tentativa vazia e frustrada do golpe no Brasil, evidenciou mais ainda a necessidade de uma reconstrução na ruptura democrática. O atentado e a destruição do patrimônio público demonstraram de forma ainda mais significativa que o bolsonarismo contava com o apoio de uma massa significativa, incluindo a segurança pública. Essa forma de disseminação de ódio refletiu no quanto é persistente a narrativa extremista e a fragilidade das instituições democráticas no país. Segundo Maia (2023), a tentativa frustrada de golpe em 8 de janeiro de 2023 evidenciou a necessidade de fortalecimento e valorização da democracia, ao revelar uma rede complexa de apoiadores e financiadores dispostos a patrocinar atentados golpistas. Apesar de malsucedida, a invasão dos poderes da República e a destruição do patrimônio público demonstram que o bolsonarismo permanece ativo, contando com apoio inclusive em setores das forças de segurança pública.



Manifestantes pró-golpe interrompem tráfego em frente ao Batalhão de Operações Especiais, no Jardim Guanabara, em Goiânia | Foto: Elder Dias / Jornal Opção.

A imagem dos manifestantes pró-golpe interrompendo o tráfego em frente ao Batalhão de Operações Especiais (BOPE) no Jardim Guanabara, em Goiânia, revela um momento crítico da tentativa de golpe que marcou o 8 de janeiro de 2023. Os manifestantes, em sua maioria apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, expressaram de forma contundente sua insatisfação com o resultado das eleições de 2022, questionando sua legitimidade e clamando por uma "intervenção militar". O ato de interromper o tráfego reflete a escalada de uma mobilização que foi mais além das

tradicionais manifestações, buscando obstruir a rotina da cidade e criar uma sensação de caos como forma de pressionar as autoridades e alimentar o clamor golpista.

O contexto dessa manifestação é parte de um movimento mais amplo que, como outros episódios similares em diferentes partes do Brasil, visava minar a confiança nas instituições democráticas e fortalecer a narrativa do bolsonarismo de que as eleições foram fraudulentas. A escolha do local – em frente ao BOPE, uma unidade especializada da Polícia Militar de Goiás, vinculada ao controle da ordem pública – é estratégica, indicando uma tentativa de alinhar as forças de segurança com a causa golpista.

O negacionismo foi utilizado como uma ferramenta de marketing político, que não apenas se fez manifesta durante períodos eleitorais, mas também se perpetua ao longo do mandato do ex-presidente. Essa estratégia visou esvaziar a memória que consagrava as democracias participativas e os movimentos sociais, sendo substituída por uma memória manipulada e que atendesse aos interesses privados da extrema-direita. O negacionismo agregado a extrema-direita promoveu a visão de um momento em total desequilíbrio, político e psíquico.

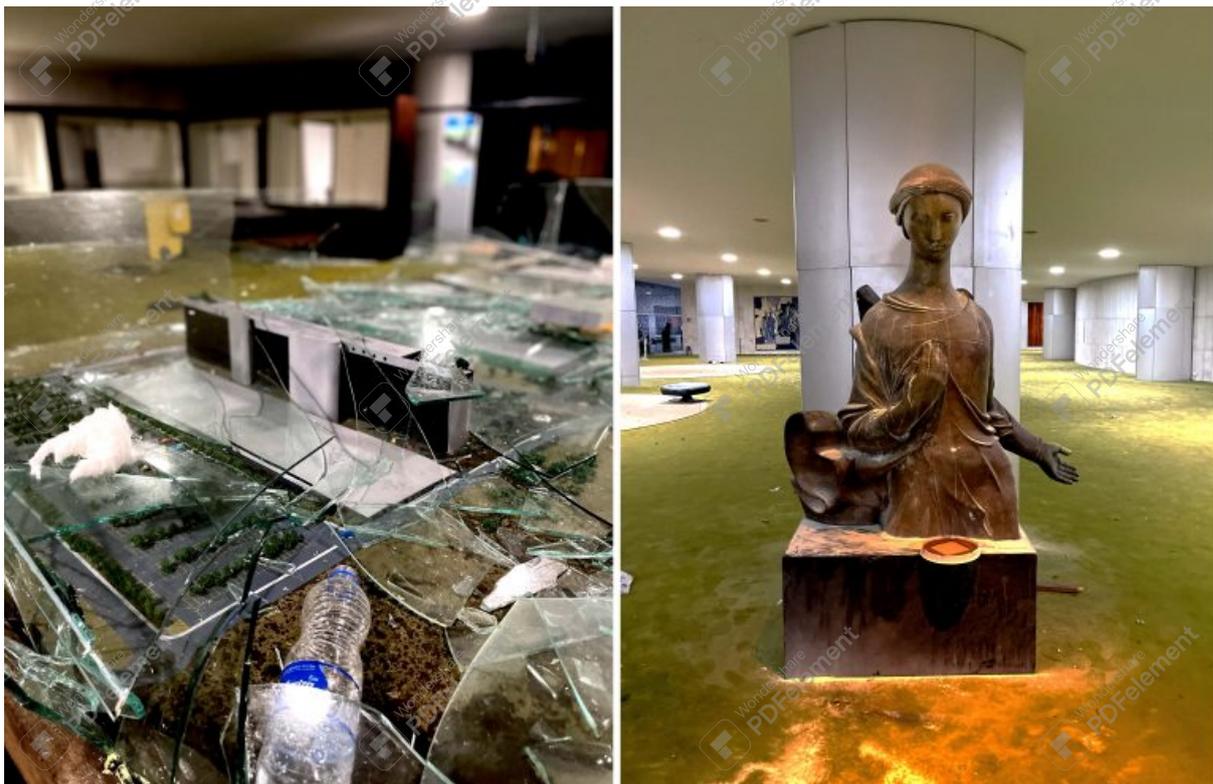
Com a posse de Luís Inácio Lula da Silva, os movimentos da extrema-direita se intensificaram e começaram a ser vistos pelas outras massas sociais como uma abordagem extremamente vexaminosa, ao qual não fazia integridade com o que se doutrinava. As portas dos quartéis viraram acampamentos de civis que com uma só voz pediam a intervenção das forças armadas, os atos antidemocráticos se estenderam por pelo o menos 24 estados e o Distrito Federal, os apoiadores de Bolsonaro surgiam com as bandeiras do Brasil sobre as costas e repedindo os gestos de saudação nazista enquanto cantavam o hino nacional. Os atos uma vez vistos como terroristas, foram negados pelo os mesmos, deslegitimando o reconhecimento dos direitos humanos, negando a narrativa histórica, e minimizando a memória de vítimas que passaram por um processo de ditadura vivida no país em 1964

CONSIDERAÇÕES FINAIS

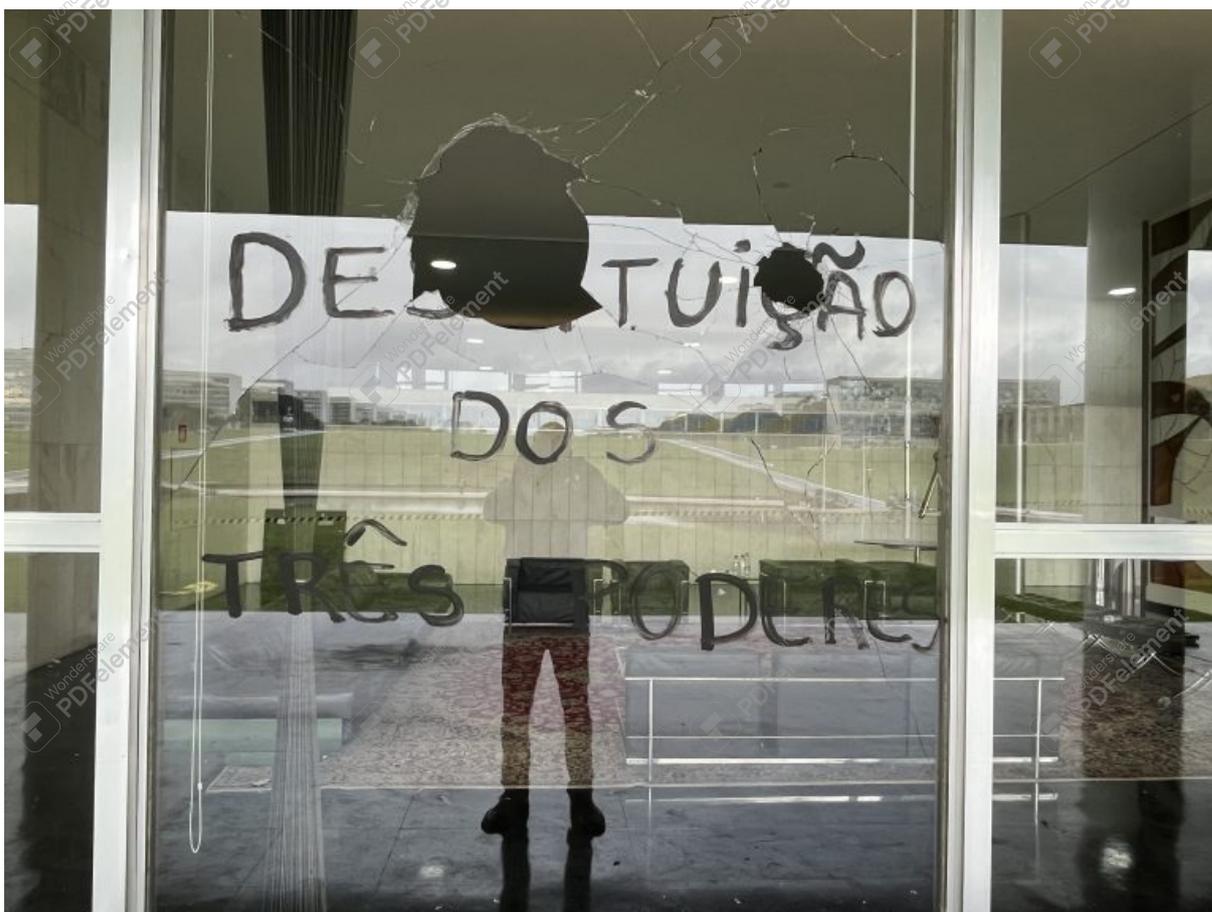
As considerações finais desta pesquisa destacam a relação entre a necropolítica e os movimentos de extrema direita no Brasil, que têm acelerado o processo de desdemocratização e polarização social. A manipulação ideológica e o discurso de ódio, impulsionados por figuras políticas como Jair Bolsonaro, têm minado a confiança nas instituições democráticas e contribuído para a exclusão social. A ascensão de ideologias autoritárias no Brasil não é um fenômeno isolado, mas parte de um movimento global que desafia as democracias contemporâneas, sendo essencial a resistência contra essas tendências por meio da luta contra a desinformação e a promoção da educação crítica.

O estudo também revela que a ascensão do fascismo no Brasil está diretamente relacionada a um contexto de insatisfação social e crise institucional, onde a retórica conservadora e nacionalista exclui grupos marginalizados e ameaça a diversidade. A erosão das instituições democráticas e a fragilização dos mecanismos de participação social são sinais preocupantes de retrocesso, que podem levar a uma desestabilização ainda maior. Portanto, é fundamental resistir a essas tendências autoritárias para proteger os direitos humanos e garantir a construção de um futuro democrático, onde a pluralidade seja valorizada e respeitada.

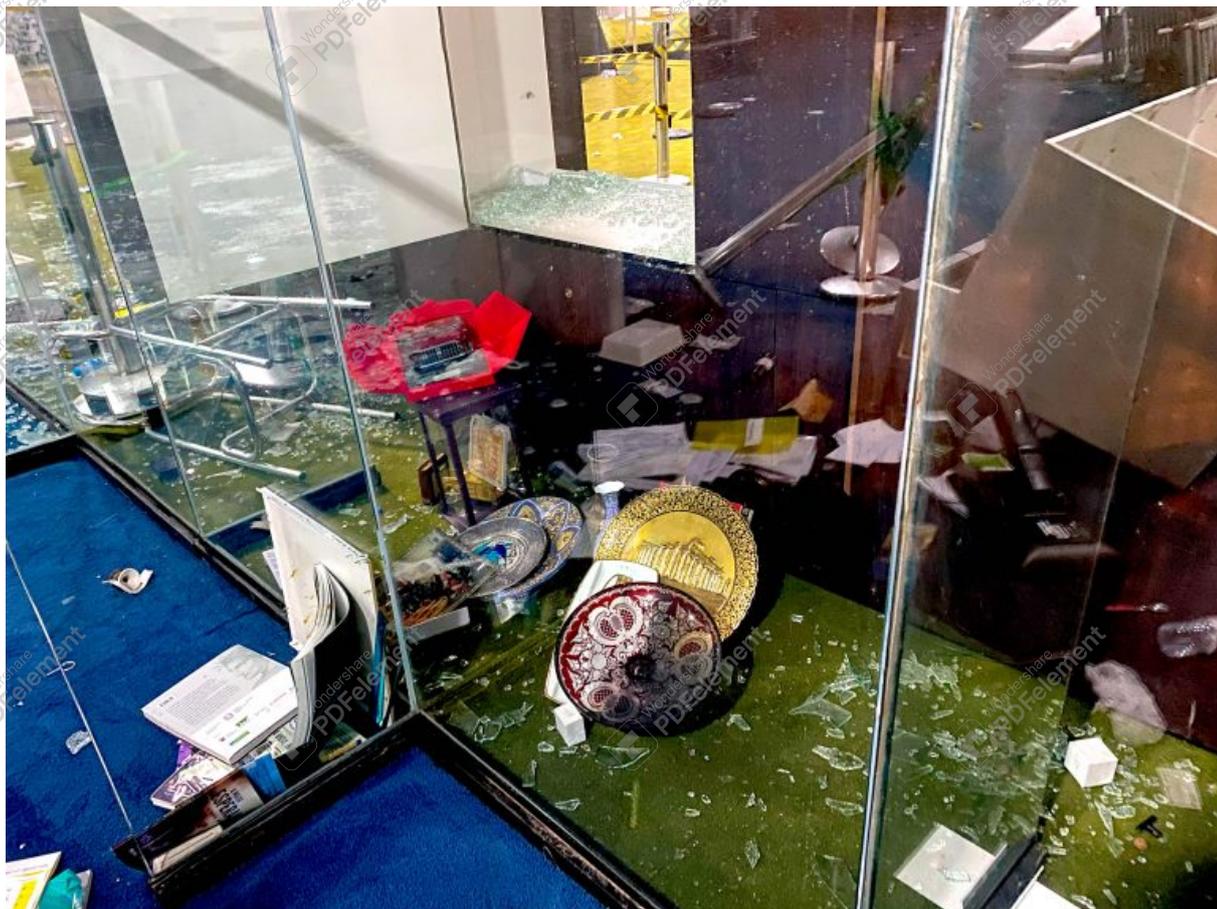
ANEXOS



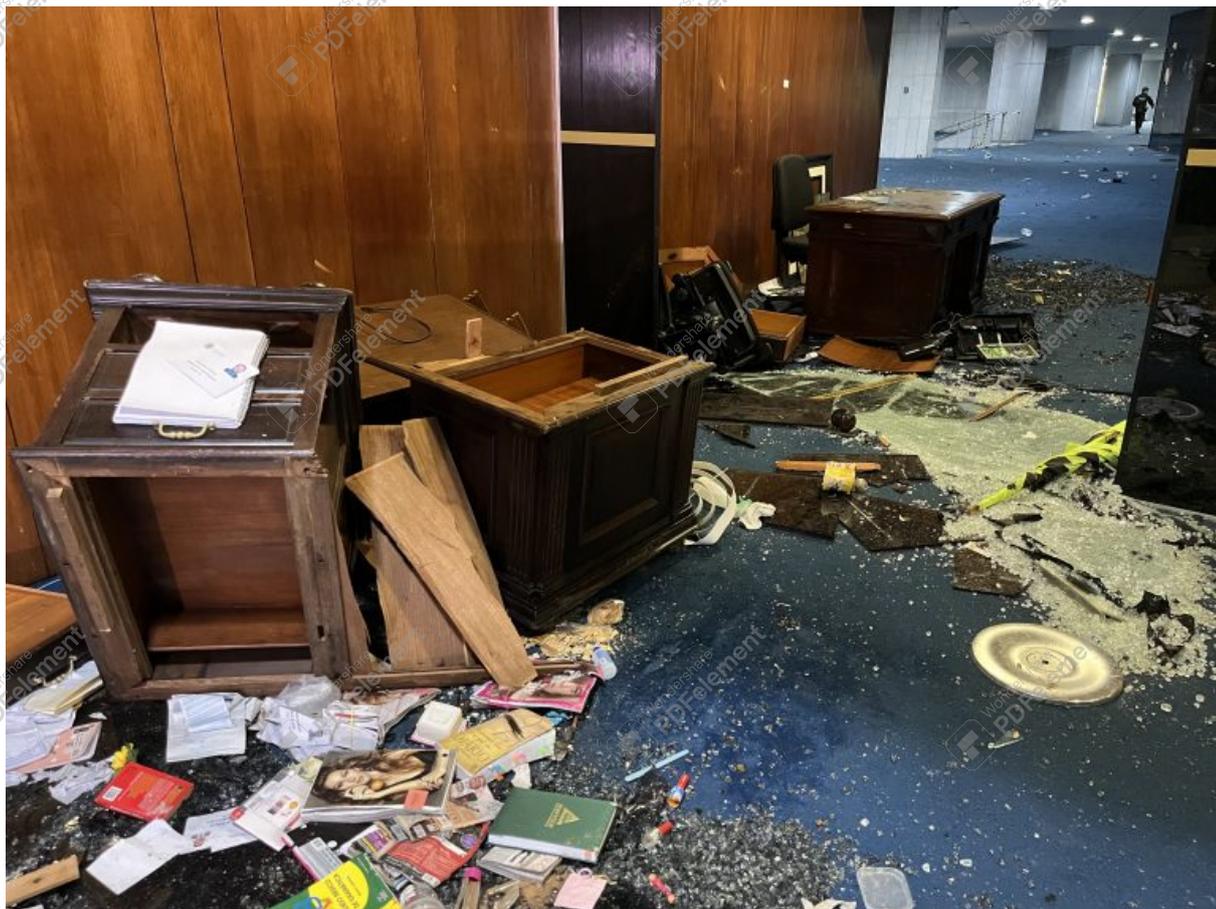
Salão Verde da Câmara: maquete do Congresso quebrada e escultura do anjo vandalizada, mas não danificada. Fonte: Agência Câmara de Notícias.



1Frase pichada no vidro quebrado do Salão Negro: "Destituição dos três Poderes. Fonte: Agência Câmara de Notícias



Presentes protocolares de autoridades estrangeiras que estavam expostos no Salão Verde. Fonte: Agência Câmara de Notícias



Devastação no Salão Azul do Senado. Fonte: Agência Câmara de Notícias

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fábio Py Murta de. Pandemia Cristofascista. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344234503_Pandemia_cristofascista. Acesso em: 24 ago. 2024.

AVRITZER, Leonardo. O PÊNDULO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: Uma análise da crise 2013–2018. NOVOS ESTUD. II CEBRAP II SÃO PAULO II V37n02 II 273-289 II MAI.–AGO. 2018.

ARENDDT, Hannah. As origens do totalitarismo. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1973

BOLSONARO, Jair. Discurso de posse. Presidência da República, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/bolsonaro-e-fascista-listamos-13-frases-do-candidato-para-reflexao>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Bolsonaristas se reuniram em atos antidemocráticos em 24 estados e no DF. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/02/atos-bolsonaristas-quarteis-brasil.ghtml>.

CARVALHO, Fernando Augusto de et al. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 48, e138450, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVySJcgmX3VS/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CARVALHO, Olavo de. De apoiador a crítico de Bolsonaro: veja frases de Olavo de Carvalho. UOL Notícias, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/01/25/de-apoiador-a-critico-de-bolsonaro-veja-frases-de-olavo-de-carvalho.htm?cmpid=copiaecola>.

COUTINHO, Gustavo; BONIN, Ricardo. Não queremos negociar nada, diz Bolsonaro em carreata anti-isolamento em Brasília. Folha de S.Paulo, São Paulo, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/nao-queremos-negociar-nada-diz-bolsonaro-em-carreata-anti-isolamento-em-brasilia.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2024.

COSTA, Luciana. Negacionismo da ciência e produção de incertezas: fatores de influência na adesão às vacinas contra a Covid-19 no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, pág. 3339-3350, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z>. Acesso em: 9 nov. 20

DIAS, E. Na porta do quartel, entre buzinas e bandeiras: uma manhã em meio aos “patriotas” - Jornal Opção. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/protestos/na-porta-do-quartel-entre-buzinas-e-bandeiras-uma-manha-em-meio-aos-patriotas-442040/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

DUARTE, Kamilla Alves. *Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil*. *Sociologia & Antropologia*, v. 12, n. 3, p. 546-564, 2024.

ECO, Umberto. *O Fascismo Eterno*, in: *Cinco Escritos* Moraes, Tradução: Eliana Aguiar, Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.

Fontes, Francisco Lucas De Lima & Menezes, Monique & Lavor Delgado, Maria & Lima, Izabelle & Lima, Ludmilla & Moura, Enedina & Araújo, Maria. (2022). Da democracia participativa à desdemocratização no Brasil: instituições de participação em crise. *Research Society and Development*. 11. e48911528534. 10.33448/rsd-v11i6.28534.

LUCAS, F. et al. Da democracia participativa à desdemocratização no Brasil: instituições de participação em crise From participatory democracy to de-democratization in Brazil: institutions of participation in crisis De la democracia participativa a la des-democratización en Brasil: instituciones de participación en crisis Monique Menezes. *Research*, [s.d.].

MAIA, Tatyana de Amaral. *Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: a crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022)*. *Historical Negationism and the Emergence of the Far Right: The Crisis of the Modern Regime of Historicity in Brazil (2019-2022)*.

Memória 8 de janeiro: fotos inéditas mostram danos provocados na Câmara e no Senado pelos invasores - Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1030327-memoria-8-de-janeiro-fotos-ineditas-mostram-danos-provocados-na-camara-e-no-senado-pelos-invasores/>>.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 115-129, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hyH5wJMTfgHvXrCrrGDbS5s/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Proposta da Associação Brazil Livre ao Dr. Oswaldo Aranha, questionando a comunidade judaica e propondo restrições com base em raça, fé, ascendência e descendência judaica, conforme Decreto Lei nº 406 de 4 de maio de 1938. Marcelino Ramos, RS. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/29/deus-patria-familia-lema-de-bolsonaro-tem-origem-fascista-entenda.htm>. Acesso em: 31 jul. 2024.

RIVEIRA, C. O brasileiro está mais alerta sobre fake news — mas ficou paranoico. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/brasileiro-confianca-fake-news-pesquisa/>>.

SILVA, Priscila. Da democracia participativa à desdemocratização no Brasil: instituições de participação em crise. *AJURIS*, 2021. Disponível em:

<https://ajuris.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Priscila-Silva.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SILVA, João da; SANTOS, Maria dos. Da democracia participativa à desdemocratização no Brasil: instituições de participação em crise. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 5, pág. e48911528534, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/28534/24774/329057>. Acesso em: 10 out. 2023.

SERAFIM, Guilherme de; TRINDADE, Diego de Sousa. Retrocesso democrático e crise das instituições de participação social no Brasil. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 6, pág. e48911528534, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org>. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, S. A. da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. R. Katál. Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 119-126, jan./abr. 2021.